

Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo



POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Regulamento Geral de Protecção de Dados Pessoais

ÍNDICE

A. Parte Geral

Introdução

Definições

Recolha e tratamento de dados pessoais

Entidades Subcontratadas

Canais de recolha dos dados

Princípios gerais aplicáveis ao Tratamento de Dados Pessoais do titular dos dados

Utilização e finalidades do tratamento de dados do titular

Medidas técnicas, organizativas e de segurança implementadas

Transferência de dados para fora da União

B. Direitos dos Titulares dos dados

Direito à Informação

Direito de acesso aos dados pessoais

Direito de retificação dos dados pessoais

Direito ao apagamento dos dados pessoais (“direito a ser esquecido”)

Direito à limitação do tratamento dos dados pessoais

Direito de portabilidade dos dados pessoais

Direito de oposição ao tratamento

Procedimentos com vista ao exercício dos direitos pelo titular dos dados

Violações de dados pessoais

C. Parte Final

Alterações à Política de Privacidade

Lei e foro aplicáveis

Contactos

A. PARTE GERAL

INTRODUÇÃO

O presente documento é parte integrante do corpo normativo para a protecção de dados pessoais da Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo, doravante designada por SCMMN, tendo em consideração o Regulamento Geral sobre a Protecção de Dados (Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016), doravante designado por RGPD.

No âmbito da atividade que desenvolve nas suas diferentes áreas de atuação, de acordo com os fins estatutários da organização, a Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo – associação de fiéis, com personalidade jurídica canónica, Instituição Particular de Solidariedade Social e pessoa coletiva de Utilidade Pública, com o número único de pessoa coletiva 501 129 324 – é uma entidade responsável pelo tratamento de dados pessoais.

Âmbito e objectivo

A presente Política de Privacidade foi implementada com a finalidade de demonstrar o compromisso e respeito para com as regras de privacidade e de protecção de dados pessoais.

A SCMMN, na medida em que trata dados pessoais no âmbito da atividade que desenvolve nas suas diferentes áreas de atuação, de acordo com a prossecução dos fins estatutários da organização, previstos no Compromisso, garante a proteção daqueles dados, cujo tratamento é efetuado ao abrigo da legislação aplicável e da presente Política de Privacidade.

Através desta política, a Instituição compromete-se, designadamente, a reconhecer a segurança dos dados pessoais que trata e a assegurar a proteção da privacidade dos respetivos titulares como dimensões fundamentais da atividade da organização, cruciais para a concretização plena, das diferentes áreas de missão em que atua.

Porquê esta Política de Privacidade?

Esta Política de Privacidade surge porque pretendemos dar a conhecer as regras gerais de privacidade e tratamento dos seus dados pessoais, que recolhemos e tratamos em estrito respeito e cumprimento da legislação nacional e comunitária de protecção de dados pessoais.

A SCMMN compromete-se a respeitar as melhores práticas no domínio da segurança e da protecção dos dados pessoais, tendo para o efeito aprovado um programa, capaz de acautelar a protecção dos dados que nos são disponibilizados por todos aqueles que de alguma forma se relacionam com a SCMMN.

O que abrange esta Política de Privacidade?

Esta Política de Privacidade aplica-se exclusivamente à recolha e tratamento de dados pessoais efetuados pela SCMMN, em todas as suas valências e serviços, excepto na Farmácia da Misericórdia, a qual tem processo próprio.

Destinatários

Esta Política de Privacidade destina-se ao público em geral, e, em particular, aos utentes e familiares de utentes, da SCMMN, e, estabelece obrigações a todos os colaboradores da organização.

DEFINIÇÕES

Dados Pessoais – Toda a informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável; é considerada identificável uma pessoa singular que possa ser identificada, direta ou indiretamente, como por exemplo um nome, um número de identificação, dados de localização, identificadores por via eletrónica ou a um ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social dessa pessoa singular.

Categorias Especiais de Dados Pessoais – Dados pessoais que revelem a origem racial ou étnica, as opiniões políticas, as convicções religiosas ou filosóficas, ou a filiação sindical de uma pessoa singular, bem como o tratamento de dados genéticos, dados biométricos

para identificar uma pessoa de forma inequívoca, dados relativos à saúde ou dados relativos à vida sexual ou orientação sexual.

Tratamento – É a operação ou um conjunto de operações efectuadas sobre dados pessoais ou sobre conjuntos de dados pessoais, por meios automatizados ou não automatizados, tais como a recolha, o registo, a organização, a estruturação, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de disponibilização, a comparação ou interconexão, a limitação, o apagamento ou a destruição.

Responsável pelo Tratamento – É a pessoa singular ou coletiva, a autoridade pública, a agência ou outro organismo que, individualmente ou em conjunto com outras, determina as finalidades e os meios de tratamento de dados pessoais; sempre que as finalidades e os meios desse tratamento sejam determinados pelo direito da União ou de um Estado-Membro, o responsável pelo tratamento ou os critérios específicos aplicáveis à sua nomeação podem ser previstos pelo direito da União ou de um Estado-Membro.

Violação de Dados Pessoais – É uma violação da segurança que provoque, de modo accidental ou ilícito, a destruição, a perda, a alteração, a divulgação ou o acesso, não autorizados, a dados pessoais transmitidos, conservados ou sujeitos a qualquer outro tipo de tratamento.

Subcontratante - É uma pessoa singular ou coletiva, a autoridade pública, agência ou outro organismo que trate os dados pessoais por conta do responsável pelo tratamento destes.

Terceiro – É uma a pessoa singular ou coletiva, a autoridade pública, o serviço ou organismo que não seja o titular dos dados, o responsável pelo tratamento, o subcontratante e as pessoas que, sob a autoridade direta do responsável pelo tratamento ou do subcontratante, estão autorizadas a tratar os dados pessoais.

RECOLHA E TRATAMENTO DE DADOS DO TITULAR

No âmbito da actividade da SCMMN ocorre a recolha, registo, organização, conservação utilização e consulta de dados pessoais. Podem ainda ocorrer outras operações ou conjunto de operações que, nos termos do Regulamento Geral de Protecção de Dados são denominadas por "tratamento de dados pessoais".

Os dados pessoais recolhidos respeitam não só a colaboradores como também a fornecedores, candidatos e a clientes /utentes.

A SCMMN recolhe dados pessoais, nomeadamente, os dados necessários para a contratação, constituição de processos de utentes/clientes, gestão e funcionamento das diversas valências, facturação e dados constantes de questões de saúde e médicas dos utentes/clientes/colaboradores.

Aquando da recolha dos Dados Pessoais, a SCMMN presta aos titulares dos dados informações detalhadas acerca da natureza dos dados recolhidos e acerca da finalidade e do tratamento que será realizado relativamente aos dados pessoais, e, bem assim, as informações mencionadas na cláusula relativa ao direito de acesso aos dados pessoais.

ENTIDADES SUBCONTRATADAS

No âmbito do tratamento dos dados do titular, a SCMMN recorre ou poderá recorrer a entidades terceiras, por si subcontractadas, para, em nome da SCMMN, e de acordo com as instruções dadas por esta, procederem ao tratamento dos dados do titular, em estrito cumprimento com o disposto na lei e na presente Política de Privacidade.

Estas entidades subcontractadas não poderão transmitir os dados do titular a outras entidades sem que a SCMMN tenha dado, previamente e por escrito, autorização para tal, estando também impedidas de contratar outras entidades sem autorização prévia da SCMMN.

A SCMMN assume o compromisso de subcontractar apenas entidades que apresentem garantias suficientes de execução das medidas técnicas e organizativas adequadas, de forma a assegurar a defesa dos direitos do titular. Todas as entidades subcontractadas pela SCMMN ficam vinculadas a esta última através de um contrato escrito no qual são regulados, nomeadamente, o objecto e a duração do tratamento, a natureza e finalidade do tratamento, o tipo de dados pessoais, as categorias dos titulares dos dados e os direitos e obrigações das partes.

Aquando da recolha dos dados pessoais, a SCMMN presta ao titular dos dados informações acerca das categorias de entidades subcontractadas que, no caso concreto, possam efectuar tratamentos de dados em nome da SCMMN.

CANAIS DE RECOLHA DOS DADOS

A SCMMN pode recolher dados de forma direta (i.e., directamente junto do titular) ou de forma indireta (i.e., através de entidades parceiras ou terceiros). A recolha pode ser feita através dos seguintes canais:

Recolha direta: presencialmente, por telefone ou por e-mail;

Recolha indireta: através de parceiros ou empresas da SCMMN e entidades oficiais.

PRINCÍPIOS GERAIS APLICÁVEIS AO TRATAMENTO DE DADOS DO TITULAR

Em termos de princípios gerais relativos ao tratamento de dados pessoais, a SCMMN compromete-se a assegurar que os dados do titular por si tratados são:

- ✓ Objecto de um tratamento lícito, leal e transparente em relação ao titular dos dados;
- ✓ Recolhidos para finalidades determinadas, explícitas e legítimas, não sendo tratados posteriormente de uma forma incompatível com essas finalidades;
- ✓ Adequados, pertinentes e limitados ao que é necessário relativamente às finalidades para as quais são tratados;
- ✓ Exatos e atualizados sempre que necessário, sendo adotadas todas as medidas adequadas para que os dados inexatos, tendo em conta as finalidades para que são tratados, sejam apagados ou retificados sem demora;
- ✓ Conservados de uma forma que permite a identificação do titular dos dados apenas durante o período necessário para as finalidades para as quais os dados são tratados;
- ✓ Tratados de uma forma que garante a sua segurança, incluindo a protecção contra o seu tratamento não autorizado ou ilícito e contra a sua perda, destruição ou

danificação acidental, sendo adotadas as medidas técnicas ou organizativas adequadas.

Os tratamentos de dados efetuados pela SCMMN são lícitos quando se verifique pelo menos uma das seguintes situações:

- O titular dos dados tiver dado o seu consentimento explícito para o tratamento dos dados do titular dos dados para uma ou mais finalidades específicas;
- O tratamento for necessário para a execução de um contrato no qual o titular dos dados é parte, ou para diligências pré-contratuais a pedido do titular dos dados;
- O tratamento for necessário para o cumprimento de uma obrigação jurídica a que a SCMMN esteja sujeita;
- O tratamento for necessário para a defesa de interesses vitais do titular dos dados ou de outra pessoa singular;
- O tratamento for necessário para efeito dos interesses legítimos prosseguidos pela SCMMN ou por terceiros (excepto se prevalecerem os interesses ou direitos e liberdades fundamentais do titular dos dados que exijam a protecção dos dados pessoais).

A SCMMN compromete-se a assegurar que o tratamento dos dados do titular apenas é feito nas condições acima elencadas e com respeito pelos princípios acima mencionados.

Quando o tratamento dos dados do titular for realizado pela SCMMN com base no consentimento do titular dos dados, este tem o direito de retirar o seu consentimento a qualquer momento. A retirada do consentimento, todavia, não compromete a licitude do tratamento efectuado pela SCMMN com base no consentimento previamente dado pelo titular dos dados.

O período de tempo durante o qual os dados são armazenados e conservados varia de acordo com a finalidade para a qual a informação é tratada.

Efetivamente, existem requisitos legais que obrigam a conservar os dados por um período de tempo mínimo. Assim, e sempre que não exista uma exigência legal específica, os dados serão armazenados e conservados apenas pelo período mínimo necessário para as

finalidades que motivaram a sua recolha ou o seu posterior tratamento, findo o qual os mesmos serão eliminados.

UTILIZAÇÃO E FINALIDADES DO TRATAMENTO DE DADOS DO TITULAR

Em termos gerais, a SCMMN utiliza os dados do titular dos dados com diversas finalidades, nomeadamente, a constituição e actualização de processos de utentes/clientes, gestão e funcionamento das diversas valências, facturação e cobrança ao titular dos dados pessoais, para efeitos de Marketing e para gestão dos recursos humanos e recrutamento de colaboradores.

Os dados do titular recolhidos pela SCMMN não são partilhados com terceiros sem consentimento do titular, com exceção das situações referidas no parágrafo a seguir. No entanto, no caso de o titular contratar junto da SCMMN serviços que sejam prestados por outras entidades responsáveis pelo tratamento de dados pessoais, os dados do titular poderão ser consultados ou acedidos por essas entidades, na medida em que tal seja necessário à prestação dos referidos serviços.

Nos termos legais aplicáveis, a SCMMN poderá transmitir ou comunicar os dados do titular a outras entidades no caso de essa transmissão ou comunicação ser necessária para a execução do contrato estabelecido entre o titular e a SCMMN, ou para diligências pré-contratuais a pedido do titular, no caso de ser necessária para o cumprimento de uma obrigação jurídica a que a SCMMN esteja sujeita, ou, no caso de ser necessária para efeito da prossecução de interesses legítimos da SCMMN ou de terceiro. Ocorrendo uma transmissão de dados do titular a terceiros, serão envidados os esforços considerados razoáveis para que o transmissário utilize os dados do titular transmitidos de forma consentânea com esta Política de Privacidade.

MEDIDAS TÉCNICAS, ORGANIZATIVAS E DE SEGURANÇA IMPLEMENTADAS

Para garantir a segurança dos dados do titular e a máxima confidencialidade, a SCMMN trata a informação que nos forneceu de forma absolutamente confidencial, de acordo com as suas políticas e procedimentos internos de segurança e confidencialidade, os quais são

atualizados periodicamente consoante as necessidades, bem como de acordo com os termos e condições legalmente previstos.

Em função da natureza, do âmbito, do contexto e das finalidades do tratamento dos dados, bem como dos riscos decorrentes do tratamento para os direitos e liberdades do titular, a SCMMN compromete-se a aplicar, tanto no momento de definição dos meios de tratamento como no momento do próprio tratamento, as medidas técnicas e organizativas necessárias e adequadas à protecção dos dados do titular e ao cumprimento dos requisitos legais.

Compromete-se ainda a assegurar que, por defeito, só sejam tratados os dados que forem necessários para cada finalidade específica do tratamento e que esses dados não sejam disponibilizados sem intervenção humana a um número indeterminado de pessoas.

Em termos de medidas gerais, a SCMMN adota as seguintes:

- ⇒ Auditorias regulares com vista a aferir a eficácia das medidas técnicas e organizativas implementadas;
- ⇒ Sensibilização e formação do pessoal implicado nas operações de tratamento de dados;
- ⇒ Mecanismos capazes de assegurar a confidencialidade, disponibilidade e resiliência permanentes dos sistemas de informação;
- ⇒ Mecanismos que asseguram o restabelecimento dos sistemas de informação e o acesso aos dados pessoais de forma atempada no caso de um incidente físico ou técnico;

TRANSFERÊNCIA DE DADOS PARA FORA DA UNIÃO EUROPEIA

Os dados pessoais recolhidos e utilizados pela SCMMN não são disponibilizados a terceiros estabelecidos fora da União Europeia. Se, no futuro, esta transferência acontecer, a SCMMN compromete-se a assegurar que a transferência observa as disposições legais aplicáveis, nomeadamente quanto à determinação da adequabilidade de tal país no que respeita a protecção de dados e aos requisitos aplicáveis a tais transferências.

B. DIREITOS DOS TITULARES DOS DADOS

DIREITO À INFORMAÇÃO

Informações facultadas ao titular pela SCMMN (quando os dados são recolhidos directamente junto do titular dos dados):

- A identidade e os contactos da SCMMN, responsável pelo tratamento e, se aplicável, do seu representante;
- As finalidades do tratamento a que os dados pessoais se destinam, bem como, se aplicável, o fundamento jurídico para o tratamento;
- Se o tratamento dos dados se basear em interesses legítimos da SCMMN ou de um terceiro, indicação de tais interesses;
- Se aplicável, os destinatários ou categorias de destinatários dos dados pessoais;
- Se aplicável, indicação de que os dados pessoais serão transferidos para um país terceiro ou uma organização internacional, e a existência ou não de uma decisão de adequação adotada pela Comissão ou a referência a garantias de transferência apropriadas ou adequadas;
- Prazo de conservação dos dados pessoais;
- O direito de solicitar à SCMMN o acesso aos dados pessoais, bem como a sua retificação, apagamento ou limitação, o direito de se opor ao tratamento e o direito à portabilidade dos dados;
- Se o tratamento dos dados se basear no consentimento do titular, o direito de retirar o consentimento em qualquer altura, sem comprometer a licitude do tratamento efectuado com base no consentimento previamente dado;
- O direito de apresentar reclamação junto da CNPD ou outra autoridade de controlo;

- Indicação se a comunicação de dados pessoais constitui ou não uma obrigação legal ou contratual, ou um requisito necessário para celebrar um contrato, bem como se o titular está obrigado a fornecer os dados pessoais e as eventuais consequências de não fornecer esses dados;
- Se aplicável, a existência de decisões automatizadas, incluindo a definição de perfis, e informações relativas à lógica subjacente, bem como a importância e as consequências previstas de tal tratamento para o titular dos dados.
- No caso de os dados do titular não serem recolhidos directamente pela SCMMN junto do titular dos dados, além das informações referidas acima, o titular é adicionalmente informado acerca das categorias de dados pessoais objecto de tratamento e, bem assim, acerca da origem dos dados e, eventualmente, se provêm de fontes acessíveis ao público.
- Caso a SCMMN pretenda proceder ao tratamento posterior dos dados do titular para um fim que não seja aquele para o qual os dados foram recolhidos, antes desse tratamento a SCMMN fornecerá ao titular informações sobre esse fim e quaisquer outras informações pertinentes, nos termos acima referidos.

Procedimentos e medidas implementadas com vista ao cumprimento do direito à informação:

A informação *supra*-referida é prestada por escrito (incluindo por meios electrónicos) pela SCMMN ao titular previamente ao tratamento de dados pessoais em causa. Nos termos da lei aplicável, a SCMMN não tem a obrigação de prestar ao titular as estas informações quando e na medida em que o titular já tiver conhecimento das mesmas.

As informações são fornecidas pela SCMMN a título gratuito.

DIREITO DE ACESSO AOS DADOS PESSOAIS

A SCMMN garante os meios que permitam o acesso, pelo titular dos dados, aos seus dados pessoais.

O titular dos dados tem o direito de obter da SCMMN a confirmação de que os dados pessoais que lhe dizem respeito são ou não objecto de tratamento e, sendo o caso, o direito de aceder aos seus dados pessoais e às seguintes informações:

- ✓ As finalidades do tratamento dos dados;
- ✓ As categorias dos dados pessoais em questão;
- ✓ Os destinatários ou categorias de destinatários a quem os dados pessoais foram ou serão divulgados, nomeadamente os destinatários estabelecidos em países terceiros ou pertencentes a organizações internacionais;
- ✓ O prazo de conservação dos dados pessoais;
- ✓ Direito de solicitar à SCMMN a retificação, o apagamento ou a limitação do tratamento dos dados pessoais, ou do direito de se opor a esse tratamento;
- ✓ Direito de apresentar reclamação junto da CNPD ou outra autoridade de controlo;
- ✓ Se os dados não tiverem sido recolhidos junto do titular, as informações disponíveis sobre a origem desses dados;
- ✓ A existência de decisões automatizadas, incluindo a definição de perfis, e informações relativas à lógica subjacente, bem como a importância e as consequências previstas de tal tratamento para o titular dos dados;
- ✓ Direito a ser informado sobre as garantias adequadas associadas à transferência de dados para países terceiros ou organizações internacionais.

Mediante solicitação, a SCMMN fornecerá ao titular dos dados, a título gratuito, uma cópia dos seus dados que se encontram em fase de tratamento. O fornecimento de outras cópias solicitadas pelo titular poderá acarretar custos administrativos.

DIREITO DE RETIFICAÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

O titular dos dados tem o direito de solicitar, a qualquer momento, a retificação dos seus dados Pessoais e, bem assim, o direito a que os seus dados pessoais incompletos sejam completados, incluindo por meio de uma declaração adicional.

Em caso de retificação dos dados, a SCMMN comunica a cada destinatário a quem os dados tenham sido transmitidos a respectiva retificação, salvo se tal comunicação se revelar impossível ou implicar um esforço desproporcionado para a SCMMN.

DIREITO AO APAGAMENTO DOS DADOS PESSOAIS (“DIREITO A SER ESQUECIDO”)

O titular dos dados tem o direito de obter, por parte da SCMMN, o apagamento dos seus dados quando se aplique um dos seguintes motivos:

- ✓ Os dados do titular deixarem de ser necessários para a finalidade que motivou a sua recolha ou tratamento;
- ✓ O titular retirar o consentimento em que se baseia o tratamento dos dados e não existir outro fundamento jurídico para o referido tratamento;
- ✓ O titular opor-se ao tratamento ao abrigo do direito de oposição e não existirem interesses legítimos prevalecentes que justifiquem o tratamento;
- ✓ Caso os dados do titular, sejam tratados ilicitamente;
- ✓ Caso os dados do titular tiverem de ser apagados para o cumprimento de uma obrigação jurídica a que a SCMMN esteja sujeita;

Nos termos legais aplicáveis, a SCMMN não tem a obrigação de apagar os dados do titular na medida em que o tratamento se revele necessário ao cumprimento de uma obrigação legal a que a SCMMN esteja sujeita ou para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito da SCMMN num processo judicial.

Em caso de apagamento dos dados, a SCMMN comunica a cada destinatário/entidade a quem os dados tenham sido transmitidos o respectivo apagamento, salvo se tal comunicação se revelar impossível ou implicar um esforço desproporcionado para a SCMMN.

Quando a SCMMN tiver tornado públicos os dados do titular e for obrigada a apagá-los ao abrigo do direito ao apagamento, a SCMMN compromete-se a assegurar as medidas que forem razoáveis, incluindo de carácter técnico, tendo em consideração a tecnologia disponível e os custos da sua aplicação, para informar os responsáveis pelo tratamento efectivo dos dados pessoais de que o titular lhes solicitou o apagamento das ligações para esses dados pessoais, bem como das cópias ou reproduções dos mesmos.

DIREITO À LIMITAÇÃO DO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

O titular dos dados tem o direito de obter, por parte da SCMMN, a limitação do tratamento dos dados do titular, se se aplicar uma das seguintes situações (a limitação consiste em inserir uma marca nos dados pessoais conservados com o objectivo de limitar o seu tratamento no futuro):

- ✓ Se contestar a exatidão dos dados pessoais, durante um período que permita à SCMMN verificar a sua exatidão;
- ✓ Se o tratamento for ilícito e o titular dos dados se opuser ao apagamento dos dados, solicitando, em contrapartida, a limitação da sua utilização;
- ✓ Se a SCMMN já não precisar dos dados do titular para fins de tratamento, mas esses dados sejam requeridos pelo titular dos dados para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial;
- ✓ Caso o titular se tenha oposto ao tratamento, até se verificar que os motivos legítimos da SCMMN prevalecem sobre os do titular.

Quando os dados do titular sejam objecto de limitação, só poderão, à excepção da conservação, ser tratados com o consentimento do titular ou para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial, de defesa dos direitos de outra pessoa singular ou coletiva, ou por motivos de interesse público legalmente previstos.

O titular dos dados que tiver obtido a limitação do tratamento dos seus dados nos casos acima referidos será informado pela SCMMN antes de ser anulada a limitação ao tratamento.

Em caso de limitação do tratamento dos dados, a SCMMN comunicará a cada destinatário a quem os dados tenham sido transmitidos a respectiva limitação, salvo se tal comunicação se revelar impossível ou implicar um esforço desproporcionado para a SCMMN.

DIREITO DE PORTABILIDADE DOS DADOS PESSOAIS

O titular dos dados tem o direito de receber os dados pessoais que lhe digam respeito e que tenha fornecido à SCMMN, num formato estruturado, de uso corrente e de leitura automática, e o direito de transmitir esses dados a outro responsável pelo tratamento, se:

- ✓ O tratamento se basear no consentimento ou num contrato de que o titular é parte;

e

- ✓ O tratamento for realizado por meios automatizados.

O direito de portabilidade não inclui dados inferidos nem dados derivados, i.e., dados pessoais que sejam gerados pela SCMMN como consequência ou resultado da análise dos dados objecto de tratamento.

O titular dos dados tem o direito a que os dados pessoais sejam transmitidos directamente entre os responsáveis pelo tratamento, sempre que tal seja tecnicamente possível.

DIREITO DE OPOSIÇÃO AO TRATAMENTO

O titular tem o direito de se opor a qualquer momento, por motivos relacionados com a sua situação particular, ao tratamento dos dados pessoais que lhe digam respeito que assente no exercício de interesses legítimos prosseguidos pela SCMMN ou quando o tratamento for efectuado para fins que não sejam aqueles para os quais os dados pessoais foram recolhidos, incluindo a definição de perfis, ou quando os dados pessoais forem tratados para fins estatísticos.

A SCMMN cessará o tratamento dos dados do titular, salvo se apresentar razões imperiosas e legítimas para esse tratamento que prevaleçam sobre os interesses, direitos e liberdades do titular, ou para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito da SCMMN num processo judicial.

Quando os dados do titular forem tratados para efeitos de comercialização direta (marketing), o titular dos dados tem o direito de se opor a qualquer momento ao tratamento dos dados que lhe digam respeito para os efeitos da referida comercialização, o que abrange a definição de perfis na medida em que esteja relacionada com a comercialização direta. Caso o titular se oponha ao tratamento dos seus dados para efeitos de comercialização direta, a SCMMN cessa o tratamento dos dados para esse fim.

O titular dos dados tem ainda o direito de não ficar sujeito a nenhuma decisão tomada exclusivamente com base no tratamento automatizado, incluindo a definição de perfis, que produza efeitos na sua esfera jurídica ou que o afete significativamente de forma similar, salvo se a decisão:

- For necessária para a celebração ou a execução de um contrato entre o titular e a SCMMN;
- For autorizada por legislação a que a SCMMN estiver sujeita; ou
- For baseada no consentimento explícito do titular dos dados.

PROCEDIMENTOS COM VISTA AO EXERCÍCIO DOS DIREITOS PELO TITULAR

O direito de acesso, o direito de retificação, o direito de apagamento, o direito à limitação, o direito de portabilidade e o direito à oposição podem ser exercidos pelo titular dos dados mediante contacto com a SCMMN e preenchendo o respectivo formulário.

A SCMMN dará resposta por escrito (incluindo por meios electrónicos) ao pedido do titular no prazo máximo de um mês a contar da recepção do pedido, salvo em casos de especial complexidade, em que esse prazo pode ser prorrogado até dois meses.

Se os pedidos apresentados pelo titular forem manifestamente infundados ou excessivos, nomeadamente devido ao seu carácter repetitivo, a SCMMN reserva-se o direito de cobrar custos administrativos ou recusar-se a dar seguimento ao pedido.

VIOLAÇÕES DE DADOS PESSOAIS

Em caso de violação de dados e na medida em que tal violação seja susceptível de implicar um elevado risco para os direitos e liberdades do titular, a SCMMN compromete-se a comunicar a violação de dados pessoais à CNPD no prazo de 72 horas a contar do conhecimento do incidente.

Nos termos legais, a comunicação ao titular não é exigida nos seguintes casos:

- Caso a SCMMN tenha aplicado medidas de protecção adequadas, tanto técnicas como organizativas, e essas medidas tenham sido aplicadas aos dados pessoais afetados pela violação de dados pessoais, especialmente medidas que tornem os dados pessoais incompreensíveis para qualquer pessoa não autorizada a aceder a esses dados, tais como a cifragem;
- Caso a SCMMN tenha tomado medidas subsequentes que assegurem que o elevado risco para os direitos e liberdades do titular já não é susceptível de se concretizar; ou
- Caso a comunicação ao titular implique um esforço desproporcionado para a SCMMN. Nesse caso, a SCMMN fará uma comunicação pública ou tomará uma medida semelhante através da qual o titular será informado.

C. PARTE FINAL

ALTERAÇÕES À POLÍTICA DE PRIVACIDADE

A SCMMN tem o direito de proceder, a qualquer altura, a reajustamentos ou alterações à presente Política de Privacidade, sendo essas alterações devidamente publicitadas no website da SCMMN e/ou noutros canais que se considere adequados.

Em caso de modificação da Política de Privacidade, a data da última alteração, disponível no fundo desta página, é também atualizada.

LEI E FORO APLICÁVEIS

A Política de Privacidade, bem como a recolha, tratamento ou transmissão de Dados do titular, são regidos pelo disposto no Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Abril de 2016 e pela, demais, legislação e regulamentação aplicáveis em Portugal.

CONTATOS

- Responsável pelo Tratamento de Dados

Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo

Rua Irmã Sousa, nº 1

7050-260 Montemor-o-Novo

Telefone: 266 898 410

Email's:

protecaodados.misericordia@gmail.com

protecaodados.misericordia@scmmn.com

- **Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD)**, utilizando os contactos disponibilizados por esta entidade para o efeito (em www.cnpd.pt).

- **Qualquer violação de dados pessoais, cujo tratamento seja da responsabilidade da SCMMN, poderá ser reportada através dos seguintes meios:**

- Através de e-mail, a remeter para:

protecaodados.misericordia@gmail.com

protecaodados.misericordia@scmmn.com

- Por via postal, para a morada Rua Irmã Sousa, nº1, 7050-260 Montemor-o-Novo.